

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

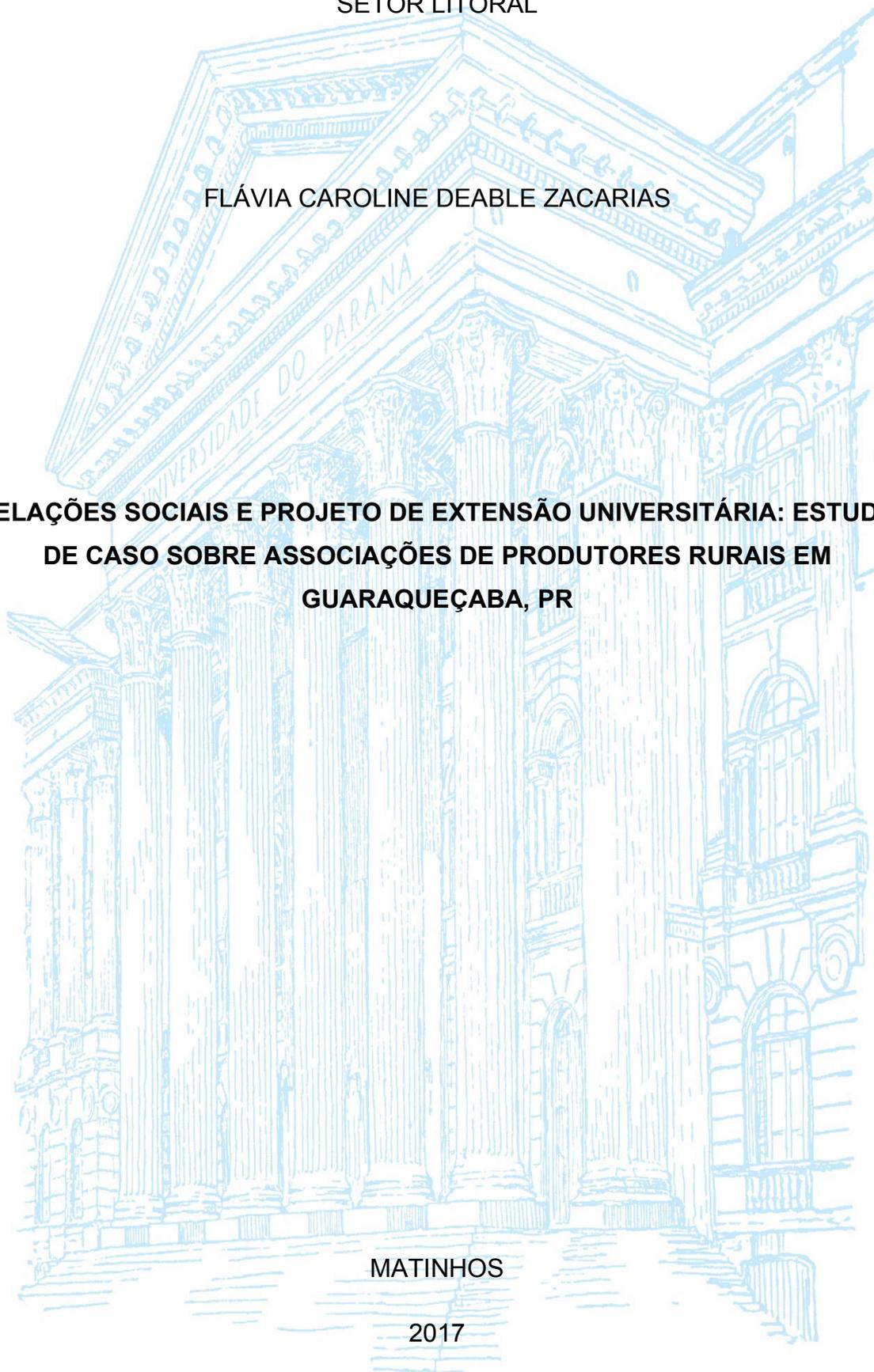
SETOR LITORAL

FLÁVIA CAROLINE DEABLE ZACARIAS

**RELAÇÕES SOCIAIS E PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO
DE CASO SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS EM
GUARAQUEÇABA, PR**

MATINHOS

2017



FLÁVIA CAROLINE DEABLE ZACARIAS

**RELAÇÕES SOCIAIS E PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO
DE CASO SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS EM
GUARAQUEÇABA, PR**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental no curso de Graduação em Gestão Ambiental, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado saúde e sabedoria para chegar até aqui. A minha mãe Rose Mary Deable, por toda ajuda, dedicação e amor que contribuíram diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil durante os anos de graduação. Ao meu companheiro da vida Murilo Pereira, que esteve ao lado desde o início, sempre me incentivando e apoiando.

Agradeço a todos os professores que tive o prazer de conhecer e que sempre estiveram dispostos a ajudar e ensinar, aos coordenadores de projeto de extensão que participei, aos orientadores de projeto de aprendizagem, em especial ao professor Valdir Denardin, que esteve comigo na fase final. Agradeço também a instituição UFPR, por ter me dado a chance e todas as ferramentas que permitiram chegar ao final deste ciclo.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio [...].”

— Paulo Freire

RESUMO

De 150 a 500 palavras, espaçamento simples

Palavras-chaves:

ABSTRACT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 RELAÇÕES SOCIAIS	9
2.1 CAPITAL SOCIAL.....	9
2.2 PODER LOCAL.....	12
2.3 ASSOCIATIVISMO.....	13
2.3.1 Associação de Pequenos Produtores Rurais.....	15
3 PROJETO DE EXTENSÃO FARINHEIRAS	16
3.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	17
3.2 GUARAQUEÇABA.....	18
3.3 HISTÓRICO E AÇÕES DO PROJETO/PROGRAMA FARINHEIRAS.....	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
4.1 O QUE VIVENCIEI EM CAMPO E PERCEPÇÕES.....	28
4.2 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS – MEMORIAIS	36
Vivencias	36
Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	40
Projetos de Aprendizagem (PAs)	40

1 INTRODUÇÃO

O Litoral do Paraná dispõe de uma área de 6.057 km² entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, distribuídos em sete municípios, são eles: Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morrentes, Paranaguá e Pontal do Paraná, sendo Guaraqueçaba o maior, com área de 2.019 km² (IBGE, 2010). Porém, em termos populacionais, Guaraqueçaba conta com o menor contingente populacional, de 7.871 habitantes, dos 265.392 que possui o litoral todo (IBGE, 2010).

Quando se caracteriza o litoral paranaense, a literatura fala de um lugar com grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica, e com fortes paradoxos (ESTATES, 2003). A heterogeneidade é devido à grande variedade de ecossistemas, à variedade cultural de populações, à diversidade de atividades econômicas, à distinção de desenvolvimento e desigualdades sociais. Quanto aos paradoxos, justificam-se pelos valiosos remanescentes naturais presentes na região, o que desencadeou várias disposições legais para protegê-los, mas há também crescentes níveis de degradação (ESTATES, 2003).

O município de Guaraqueçaba possui aspectos de notável relevância socioambiental no contexto brasileiro. É detentor de uma vasta cobertura de Floresta Atlântica, com elevada biodiversidade, sendo internacionalmente reconhecida por esta característica. Além disso, evidencia a presença de comunidades tradicionais caiçaras com séculos de tradição cultural e um cenário. Com o objetivo principal de proteger um dos maiores remanescentes de Floresta Atlântica do país, foi criada pelo decreto nº 90.883 do Governo Federal em 31 de janeiro de 1985 a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, que abrange todo o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul (KASSEBOEHMER, 2007).

Na APA de Guaraqueçaba, a legislação incide em níveis diferenciados de proteção para as modalidades distintas de Unidades de Conservação (UCs). No processo de implementação destas leis, os habitantes das comunidades rurais, já espremidos entre as grandes propriedades e os vales de rios, sofreram limitações quanto ao meio natural. O quadro de restrições legais estabelecido incidiu diretamente sobre as técnicas e práticas tradicionais de subsistência da população local, gerando situações contrárias aos objetivos da APA (ZANONI et al, 2000).

Estas comunidades rurais dependem fortemente da agricultura para o sustento de suas famílias. A agricultura é baseada principalmente no cultivo de arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, maracujá, milho e tangerina. A produção de mandioca ocupa lugar de destaque, pois a mesma pode ser comercializada tanto *in natura* quanto industrializada. A farinha de mandioca é uma tradição na região, repassada de geração em geração, mantendo o modo artesanal de processamento de acordo com a cultura de cada família (DERNARDIN; PAIFER; SIBUYA, 2013).

Dentre as comunidades rurais de Guaraqueçaba, optou-se por estudar as associações de produtores rurais de duas delas: Açungui e Potinga. Desenvolver uma ação coletiva não é tão simples como parece. Quando se trata de pequenos agricultores rurais, pode ser ainda mais difícil, pois esses carregam com si laços de parentesco e de amizade, o que deveria ajudar acaba, por vezes, por prejudicar a comunicação entre eles.

Este trabalho teve por objetivo colher informações, observar como as relações sociais influenciam no funcionamento de associações de pequenos produtores rurais e analisar quais foram as benfeitorias já realizadas pelo Projeto de extensão Farinheiras nas associações de produtores rurais de duas comunidades, Açungui e Potinga, na cidade de Guaraqueçaba, estado do Paraná.

Para desenvolver o trabalho foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental para entender os conceitos por trás das relações sociais como: capital social, poder local e associativismo, análise de relatórios sobre reuniões das associações, seu estatuto e termo de criação. Realizou-se também uma aproximação para conhecer as associações, observar e conversar com os associados, analisar as falas dos envolvidos, observar as relações sociais dos envolvidos, as contribuições do Projeto para as comunidades e apontar quais seriam os próximos passos para que a comunidade consiga melhorar suas relações sociais dentro das associações e alcançar sua autonomia.

O trabalho foi dividido em três sessões e um anexo, a primeira traz alguns conceitos e observações sobre relações sociais, dentre elas capital social, poder local, associativismo e associação de pequenos produtores rurais. A segunda sessão procura fazer uma revisão do histórico do Projeto Farinheiras, para isso, primeiramente trouxe uma breve conceituação sobre extensão universitária e contextualização sobre o local de estudo, Guaraqueçaba, para na sequência trazer o

histórico e ações do Projeto Farinheiras. A última sessão é as considerações finais, com um relato do que vivenciei em campo e minhas percepções/conclusão. O anexo são meus memoriais de: Vivências, Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Projeto de Aprendizagem (PA).

2 RELAÇÕES SOCIAIS

Para procurar entender e analisar as relações sociais do presente estudo, trago na sequência alguns conceitos e observações sobre capital social (2.1), poder local (2.2), associativismo (2.3) e associação de pequenos produtores rurais (2.3.1). Para posteriormente, no próximo capítulo começar a tratar sobre o Projeto de Extensão Farinheiras e as associações de Guaraqueçaba.

2.1 CAPITAL SOCIAL

Existem diversos conceitos que auxiliam a observar as relações sociais, um deles é o capital social, que é basicamente a capacidade da sociedade de cooperar juntos para o bem comum, e diante disso, estabelecer laços de confiança. Porém, uma ação coletiva passa por diversos dilemas, nem sempre é fácil estabelecer uma cooperação mútua, ajudar alguém agora pelo simples fato de saber que posteriormente poderá vir a ser ajudado. Mas quando se alcança certo nível de confiança, esta relação passa a gerar um ciclo virtuoso, em que a cada cooperação gera mais “estoque” de capital social.

Segundo Putnam (2000), capital social é o conjunto de características da organização social, onde se inclui as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social, quando existente em uma região, torna possível a existência de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade.

Um exemplo que Putnam (2000) utiliza é o de uma comunidade rural, situação em que um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados. Neste exemplo, a colaboração permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de

utensílios e equipamentos. Desta forma, é possível observar como um simples ato de cooperar com outra pessoa pode trazer benefícios mútuos. Eles podem alcançar seus objetivos gastando menos dinheiro, menos tempo e menos energia.

Segundo D'Araujo (2003, p. 10) capital social “expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos.”

Na mesma linha de raciocínio de Putnam e D'Araujo, Durston (2003) menciona que capital social corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.

O capital social, segundo Coleman:

[...] não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (COLEMAN, 1990, p. 302).

O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

Em relação a capital social, Franco menciona:

Para entender o que é capital social não basta ler uma definição do termo. Capital social é uma ideia que tem a ver com o poder das pessoas para fazer, coletivamente, alguma coisa. Mas é um “poder social”. É a sociedade que confere esse poder (ou seja, que empodera) a seus indivíduos. É o ambiente social que insufla essa espécie de “energia” que explica, por exemplo, por que certas localidades parecem estar “vivas” enquanto outras parecem estar morrendo ou fenecendo (FRANCO, 2004, p. 31).

Para Franco (2004), o poder social vai depender da maneira como o poder político age, se for de cima para baixo, agindo sem a participação da sociedade, o poder social dessa sociedade será baixo, as pessoas não confiarão uma na outra, não haverá cooperação e muito menos reciprocidade. Porém, quanto mais redes e mais aberturas à participação, maior será o capital social de uma comunidade.

Segundo Granovetter (1973), as ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais. As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.

Bourdieu define o capital social como:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Nota-se que o autor aponta que estas ligações não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço geográfico ou mesmo no espaço econômico e social, mas também podem ser fundadas em trocas materiais e simbólicas e cuja prática supõe o reconhecimento dessa proximidade.

Como se observou, o capital social tem diversas variações de definição, porém, todas elas se relacionam de alguma forma. Uma comunidade que coopera tem maiores chances de alcançar um desenvolvimento regional do que comunidades onde as pessoas não se ajudam, ficam apenas esperando ações *top down*.

Alguns autores como Putnam (2000) não acreditam que seja possível criar capital social onde nunca existiu uma cultura de reciprocidade, porém outros autores como Franco (2004) acreditam que é sim possível criar o capital social, para isso é preciso investir no desenvolvimento humano, investir nas pessoas, para que elas próprias possam melhorar as suas condições de vida. Por meio de investimento na sociedade local, para que melhorem as condições de convivência social.

O capital social ainda carrega outra característica importante, sua cumulatividade, pois é possível observar um aumento de seu estoque através de ações como a cooperação, comunicação, participação e redes. Porém, também é possível observar sua diminuição por meio de ações de desrespeito, intolerância, discriminação, falta de abertura para participação, entre outros (MILANI, 2003). Acredita-se que ao diminuir/extinguir essas ações que diminuem o capital social e ao aumentar ações que aumentam é possível criar capital social mesmo onde ainda não se observava.

O que se nota é que a maioria das pessoas estão habituadas a viver em uma sociedade onde o governo tem a obrigação de resolver todos os problemas, porém, infelizmente, muitas vezes isso não acontece, pelo menos não no tempo desejado. E

mesmo assim as pessoas se acomodam e continuam esperando, quando na verdade se eles se unissem com sua família, amigos, vizinhos e comunidade em geral, poderiam resolver sozinhos seus problemas ou ao menos ter mais voz para serem atendidos.

2.2 PODER LOCAL

O poder local é uma maneira da sociedade se organizar para buscar por melhorias em suas vidas. Uma forma de dividir o poder, descentralizar, não ficar esperando ações do governo. O poder local está sempre relacionado a participação, inclusão social, ouvir a necessidade das pessoas, para que as ações do governo não ocorram apenas de cima para baixo.

Segundo Dowbor (1994, p. 11) "o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas." Tal perspectiva nos mostra o poder local como uma forma de integração política, com autonomia e direção próprias. E é a partir dessas iniciativas que é possível pensar em conselhos regionais, subprefeituras, movimentos sociais etc.

Porém, nem sempre é fácil se alcançar esse nível de entendimento sobre o poder local, pois a localidade muitas vezes é dividida em classes, sempre tendo mais poder a parcela com mais poder aquisitivo, deixando de lado os demais, sem serem ouvidos.

A ideia de Dowbor (1994, p. 16) é que "quando as decisões são tomadas muito longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas necessidades." No entanto, quando a sociedade tem voz, tem abertura a participar das decisões, essa realidade pode se transformar. Em pequenas ações podemos transformar o local onde vivemos em um lugar melhor. Não é a intensão de tomar o poder, mudar o destino da nação, mas pelo menos mudar o espaço que vivemos, a localidade.

Nesse sentido, Dowbor entende que:

Na realidade, é o conjunto do processo de tomada de decisão que precisa ser democratizado, aproximado da população, com uma revisão profunda da hierarquia de competências. Precisamos de um intenso esforço de

abertura de espaços, de autonomia local, de renovação tecnológica, jurídica e social (DOWBOR, 1994, p. 36).

Essa abertura à participação, por parte do governo e mais localmente, da prefeitura, nada mais é que a democracia. Quem teria mais clareza dos assuntos de sua vizinhança do que as pessoas que lá vivem. Então porque não são elas quem ajudam a decidir quais são as necessidades e prioridades.

2.3 ASSOCIATIVISMO

A ausência do Estado pode levar a sociedade civil a se organizar para juntos resolver seus problemas e alcançar seus objetivos. Com isso surgem as associações civis, que são formas organizadas para desenvolver ações, criadas pelos sujeitos em torno de objetivos comuns.

Sperry e Mercoiret define associação como:

[...] uma organização formal, ligada a ações coletivas, em que um grupo de pessoas se une para juntos trabalhar e alcançar determinado objetivo que seja do interesse de todos. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos que se propõe a representar e defender os interesses dos associados (SPERRY; MERCOIRET, 2003, p. 1).

Desta forma é possível uma comunidade se desenvolver localmente sem ficar esperando as ações do Estado, pois uma associação gera um espaço de discussão sobre os problemas, procura por respostas para resolver estas dificuldades, união dos sujeitos envolvidos, estimula a cooperação voluntária e o empoderamento da comunidade.

Sobre associação Carvalho e Rios mencionam:

A associação, como instituição contemporânea, é uma organização com características eminentemente sociais, que funciona democraticamente, sem fins lucrativos, com o objetivo de representar e defender os interesses dos associados, estimulando sua melhoria técnica, profissional e social, por meio de compromissos educativos, sociais e econômicos. Ela pode constituir patrimônio comum, prestar qualquer tipo de serviço (lícitos) ao associado, captar recursos de programas especiais ou auxílios, doações, subvenções de entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras (CARVALHO; RIOS, 2007, p. 408).

Robert Putnam (1993) observa que as associações civis contribuem para a efetividade do governo democrático tanto devido a seus efeitos “internos” sobre membros individuais quanto a seus efeitos “externos” sobre uma sociedade. Internamente, as associações inspiram em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e vivacidade pública. Externamente uma densa rede de associações secundárias contribui para uma colaboração social efetiva.

A visão de Putnam é de que é possível o pluralismo, ausência de um comando central, que defende a divisão do poder na sociedade, que é fundamental tanto para fiscalizar a atuação do Estado quanto para garantir que os interesses de diversos grupos sejam alcançados. Nesse sentido, o Estado e a sociedade podem caminhar lado a lado e gerar mais benefícios para as pessoas.

Outro ponto importante quando se fala sobre associações é de que:

[...] os objetivos podem mudar porque uma associação não é um processo pronto, ela evolui e se constrói durante sua existência, não tendo os sócios condições de colocar em prática, desde o início, toda sua potencialidade de cooperação. Como a associação mostra um fenômeno de evolução de comportamentos dos indivíduos que a compõem, apresenta momentos de crescimento e momentos de retrocesso (que podem ser positivos, quando proporcionam avanços ao grupo. Quando, porém, não são encontradas soluções para determinados problemas, a organização pode ser levada a encerrar suas atividades) (SPERRY; MERCOIRET, 2003, p. 19).

O fato de uma associação poder mudar de objetivos é algo muito significativo, pois assim a comunidade pode estar sempre em busca de novos objetivos, quando se alcança determinada conquista, gera ainda mais estímulo para continuarem unidos e alcançar outro. Também é importante que quando não for possível solucionar determinados problemas, eles não desistam da associação como um todo, apenas busquem outras metas que sejam possíveis de solucionarem juntos.

Em uma associação, como em qualquer organização coletiva, é importante que haja uma participação efetiva (mobilização da comunidade) na tomada de decisões e nas avaliações. Esta participação não deve ser restrita à sua presença nas reuniões e assembleias. Para que ela seja efetiva, o associado deve ter liberdade e ser constantemente motivado a falar e a expressar suas ideias. Entretanto, a mensuração da participação efetiva é muito difícil, aliás, quaisquer questões de comportamento social são de difícil mensuração.

A participação, de acordo com Rios (1979) existe em dois níveis: participação objetiva e participação subjetiva, refletindo a convergência objetiva e subjetiva de interesses.

Por participação subjetiva, entende-se a identificação do associado com a organização a que pertence como coproprietário, isto é, ele não a vê como entidade de alguém, mas a vê como uma entidade pela qual também é responsável e diretamente interessado, ou seja, como uma extensão de sua unidade de produção agrícola (RIOS, 1979). Neste tipo de participação, os interesses se sobrepõem a questões puramente práticas e “economicistas”, tendo caráter duradouro, visão de longo prazo e comprometimento por parte dos associados (RIOS, 1979).

Por outro lado, a participação objetiva está relacionada a frequência e atuação em assembleias da cooperativa, realização de operações econômicas com a cooperativa e percepção de retorno, ocorrendo sobras no exercício financeiro (RIOS, 1979). É, portanto, uma participação no âmbito mais operacional, material, sem vínculos “fortes”.

A participação é um importante indicador de democracia, emancipação social e, conseqüentemente, de desenvolvimento. De acordo com Bandeira (1999), a participação tem dois aspectos importantes: primeiro, o caráter de elemento essencial para o funcionamento da democracia; segundo, seu importante papel instrumental, proveniente da viabilização dos processos de capacitação e aprendizado coletivo relevantes para a promoção do desenvolvimento.

2.3.1 Associação de pequenos produtores rurais

Quando se fala de uma comunidade rural, geralmente os produtores de base familiar, individualmente, enfrentam dificuldades na gestão e comercialização da produção, o que faz com que eles tenham dificuldade em aumentar a geração de renda, explorar em menor escala a agricultura de subsistência e melhorar o padrão de vida. E na tentativa de reverter essa situação é que eles formam as associações.

Associação de pequenos produtores rurais tem o objetivo de viabilizar iniciativas de desenvolvimento dos produtores para transformá-las em ações de estímulo à produção e à comercialização, à difusão, desenvolver, técnica,

econômica e socialmente os associados, bem como seus familiares e a comunidade como um todo (SPERRY; MERCOIRET, 2003).

Dessa forma uma associação de pequenos produtores rurais tem um papel fundamental e de grande importância, principalmente em comunidades pequenas e afastadas de grandes centros, pois um produtor poderá contar sempre com o apoio dos demais associados e juntos reivindicar melhorias e acessos a benefícios que só são possíveis quando existe uma associação formal.

As organizações de produtores rurais, de base familiar, no Brasil, foram constituídas com base nas ações de incentivo governamental, como exemplo as facilitações de créditos, em que os agricultores, organizados em associações, se apresentavam aos agentes financiadores para terem acesso ao crédito. Iniciou-se assim o processo de formação de grupos de pequenos produtores rurais (ROCHA, PADILHA; GASTAL, 2001).

Nesse sentido, observa-se que uma comunidade pode ser um local social organizado, passando a ser visto como espaço de gestão político, administrativo e econômico. E outro fator interessante é que eles passam a buscar soluções para suas carências e necessidades pessoais ou locais, como solicitar um telefone público, energia elétrica onde ainda não havia etc.

O associativismo possibilita ainda, a partir do esforço coletivo e integrado de agentes produtivos com fins comuns, a inserção no mercado e a conquista de espaços de produção e comercialização, permitindo o enfrentamento local da competitividade do mercado. Desse modo, o associativismo instrumentaliza comunidades de produtores para a conquista de suas demandas sociais, tornando-as mais próximas do alcance do desenvolvimento local (FRANTZ, 2002).

3 PROJETO DE EXTENSÃO FARINHEIRAS

Nesta sessão, procurei fazer uma revisão do histórico do Projeto Farinheiras, para isso, primeiramente trouxe uma breve conceituação sobre extensão universitária (3.1) e contextualização sobre o local de estudo, Guaraqueçaba (3.2), para na sequência trazer o histórico e ações do Projeto Farinheiras (3.3). E na próxima sessão (4), encerrar com as minhas considerações finais.

3.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é um processo educativo e científico, se fundamenta nos princípios da integração de ensino-pesquisa, teoria e prática na produção do conhecimento, revelando um novo pensar e fazer. Contudo, a extensão busca além da transformação da sociedade, transformar a si mesma e ainda transformar sua relação com os outros.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2006, p. 25).

Freire propõe o fim da verticalidade, para que haja uma relação em que todos atuem, ajam e pensem criticamente. Assim, o caminho não é unilateral da universidade para a sociedade, é preciso que ocorra uma preocupação com as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto em que as atividades se inserem.

O histórico da extensão universitária está relacionado ao princípio das universidades europeias, caracterizando-se por companhias de saúde e assistência as populações carentes (ROCHA, 2001) e está ligada em uma atividade pensada para tirar a culpa da universidade do seu distanciamento da grande parte da sociedade que não tinha acesso a ela.

Observa-se que desde de sua origem, a extensão tem particularidade de opcional, mas principalmente sempre teve essa forma assistencial, vazia, procurando se conciliar da população, sem qualquer significado emancipatório e de troca de saberes.

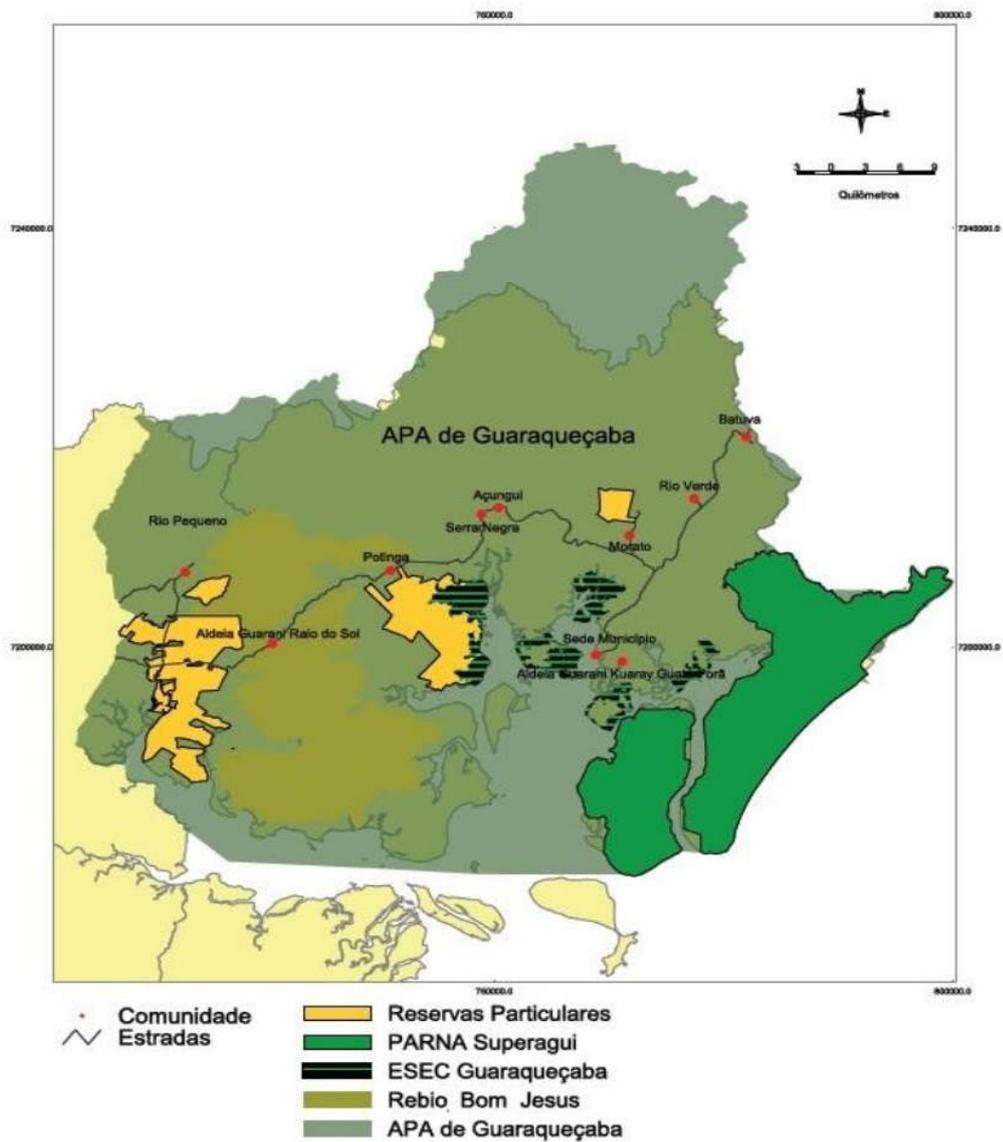
Contudo, seguindo o pensamento de Castro (2004), a extensão pode contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender, pois possui um arsenal metodológico diferenciado, é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades, com a possibilidade de nestes encontros incorporar outros saberes, e

ainda de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas. É uma busca por uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular.

3.2 GUARAQUEÇABA

Guaraqueçaba é um município inserido no bioma Mata Atlântica e localizado no litoral do estado do Paraná. Conta com 98% de sua área protegida por UCs, a APA de Guaraqueçaba é a maior delas, contemplando praticamente todo território do município (DENARDIN et al., 2009). Além da APA existem mais 7 UCs no município, duas unidades de proteção integral e cinco reservas de uso sustentável (IAP, 2012). As de proteção integral são: Estação Ecológica de Guaraqueçaba, criada em 1982 e o Parque Nacional do Superagui, criado em 1989. As reservas de uso sustentável: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Reserva Natural Serra do Itaqui, criada em 2007, RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui 1, também de 2007, RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui II, criada em 2011, RPPN Federal Reserva Natural Salto Morato, criada em 1994 e RPPN Federal Reserva Ecológica de Sebui, criada em 2000. No mapa abaixo é possível visualizar a existência de um mosaico de unidades de conservação.

FIGURA 01 - SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FONTE: SCHWARTZMAN & SIBUYA (2013).

No entanto, a proteção ambiental e as riquezas naturais não são sinônimo de desenvolvimento. A pobreza e o descaso público são latentes na região, sendo um dos municípios mais pobres do Estado. Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,583, ocupando a posição 393 no ranking do Estado e apresenta uma taxa de pobreza de 49,05%, ou seja, quase metade de sua população vive em precárias condições (PÉRICO; ALVES, 2016).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a maior parte da população de Guaraqueçaba vive no meio rural (5.188 dos 7.871 habitantes), sendo que dos seus 2.315 km² de extensão, 66% é considerado área rural. Nesta área rural estão inseridas as comunidades de Açungui e Potinga, que são o foco do presente estudo.

Localizadas as margens da PR 405, abrigam cerca de 350 pessoas e tem como principais atividades econômicas o cultivo e comercialização de banana, mandioca e pupunha.

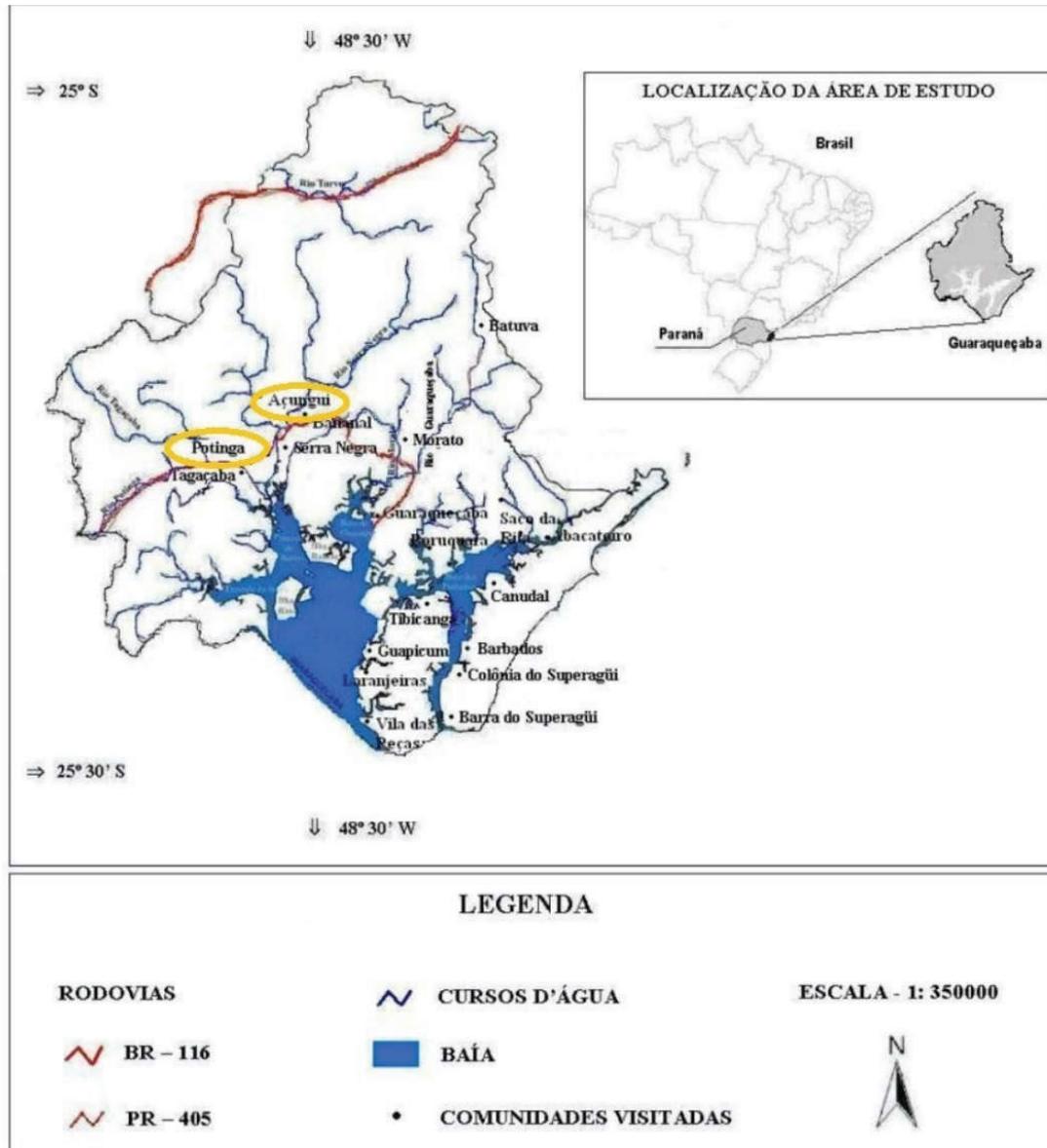
A produção de mandioca ocupa lugar de destaque, podendo ser comercializada tanto in natura quanto industrializada. A farinha de mandioca é uma tradição na região, repassada de geração em geração, mantendo o modo artesanal de processamento de acordo com a cultura e o material de cada família (DERNARDIN; PAIFER; SIBUYA, 2013, p. 2).

A comunidade de Açungui está localizada às margens do rio Açungui e da rodovia PR-405, entre Tagaçaba e Serra Negra, a cerca de 40 km da sede do município de Guaraqueçaba. Segundo relato dos moradores mais antigos, o nome da comunidade é originário do “Saltinho”, onde nasce o rio Açungui e deu início a comunidade, quanto à descendência a maioria relata ter parentesco de origem indígena e portuguesa (SCHWARTZMAN; SIBUYA, 2013).

A comunidade tem por volta de 165 habitantes, distribuídos em 37 famílias. A principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria, pensões, serviço público e construção civil. A comunidade também sobrevive de empreitadas em propriedades de grandes agricultores, da venda de outros produtos como farinha de mandioca, mel e cana de açúcar (SIBUYA; DENARDIN; LAUTERT, 2013).

A comunidade de Potinga fica entre as comunidades de Rio do Cedro e Tagaçaba, sua população reside basicamente às margens da PR 405 e uma

pequena parcela habita o entorno próximo de alguns rios que permeiam a região. A comunidade possui cerca de 200 habitantes (KASSEBOEHMER, 2007).



Fonte: KOMARCHESKI; DENARDIN, 2015. Adaptado de Kassebohemer (2007, adaptado de IPARDES, 1989).

A principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria, pensões, serviço público e construção civil.

No ano de 2003, o programa Paraná Doze Meses, do governo estadual, através do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), contemplou as comunidades de Açungui e Potinga cada qual com uma

farinheira comunitária (FIGURA 02 e 03), que seria uma estrutura em concreto com os equipamentos básicos para produção de farinha de mandioca, porém foi entregue a eles sem nenhuma assistência e capacitação para as comunidades de como manusear estes equipamentos e de gerir essa estrutura comunitária.

FIGURA 02 - FARINHEIRA COMUNITÁRIA DO AÇUNGUI



FONTE: SCHWARTZMAN e SIBUYA (2013).

FIGURA 03 - FARINHEIRA COMUNITÁRIA DE POTINGA



FONTE: SCHWARTZMAN e SIBUYA (2013).

Neste contexto, o Projeto de Extensão Farinheiras da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral desenvolveu desde o ano de 2007, ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à gestão e organização destas unidades produtivas.

3.3 HISTÓRICO E AÇÕES DO PROJETO/PROGRAMA FARINHEIRAS

O Projeto/Programa Farinheiras teve início no final do ano de 2007, quando ainda era intitulado “Estudo da cadeia produtiva da mandioca como estratégia para o desenvolvimento da agroindústria familiar no litoral paranaense”. Nesta fase inicial, nos anos de 2007 e 2008, tinha como objetivo elaborar uma estratégia de competitividade para a cadeia produtiva da mandioca no litoral paranaense com o propósito de melhorar a vinculação da agroindústria familiar com o mercado.

O Projeto teve sua proposta de continuidade aprovada entre os anos de 2009 e 2010, buscando focar suas ações em atividades relacionadas à gestão e organização que possibilitassem a reestruturação produtiva de farinha comunitárias no litoral do Paraná, uma no município de Guaratuba e duas em Guaraqueçaba.

Conjuntamente, para dar suporte financeiro ao Projeto, outras fontes de recursos foram acionadas, a Fundação Araucária – Programa de Extensão Tecnológica – Fases I e II – aportando recursos para os anos de 2009, 2010 e início de 2011 e O Programa de Extensão Universitária – PROEXT/MEC (Edital 2009), aportando recursos para o ano de 2010. Para o envio de propostas às instituições financiadoras o Projeto recebeu o título “Reestruturação produtiva de farinha comunitária no litoral do Paraná” (DENARDIN; LAUTERT, 2013).

No final do ano de 2010, foi enviada uma proposta que resultou ao Projeto uma premiação na 13ª edição do Prêmio Santander – Universidade Solidária, sendo um dos 8 premiados em nível nacional na modalidade Extensão Universitária, que aportava recursos para o ano de 2011. Atendidas as metas estabelecidas para o ano de 2011, o Projeto foi renovado para o ano de 2012. O prêmio Santander foi muito importante e significativo para o Projeto. Além desse, o Projeto recebeu o prêmio “Nós Podemos Paraná – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”, promovido pelo Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial e *UNVolunteers* (ONU) por realizar ações que contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável, no ano de 2009.

Durantes os três primeiros anos do Projeto, foram desenvolvidas diversas atividades que possibilitaram a realização de vários diagnósticos, gerando maior conhecimento sobre as comunidades e a arte de farinha, fazer farinha, possibilitando um maior êxito nas atividades de extensão realizadas (DENARDIN et al. 2009).

Com o aumento das ações do Projeto, optou-se pela criação de um Programa de Extensão que permitiu contemplar todas as variáveis envolvidas na cadeia produtiva da farinha de mandioca e os aspectos culturais associados a atividade. O conjunto de projetos do Programa vinham ao encontro das demandas dos agricultores (DENARDIN; LAUTERT, 2013).

As ações do Projeto se concentravam principalmente nos municípios de Guaratuba e Guaraqueçaba, focando as farinha comunitárias. Já o Programa,

em 2011, foi ampliado a sua região de abrangência para os demais municípios do litoral do Paraná, continuando o trabalho com as farinhas comunitárias e incorporando ações junto a farinhas individuais.

Uma das primeiras e principais ações do projeto foi a realização do diagnóstico para identificar e localizar (georreferenciar) as farinhas no litoral do Paraná, antes desconhecidas. O resultado foi que há 133 casas de farinha (farinhas), as quais foram classificadas como sendo ativas (54), autoconsumo (56), inativas (15) e comunitárias (8). As farinhas ativas são as que produzem prioritariamente para comercialização, retirando parte da produção para o consumo familiar. As farinhas de autoconsumo produzem para o consumo familiar, podendo ser comercializado uma pequena parte. As farinhas inativas caracterizam-se por serem agroindústrias que não produzem mais farinha, mas ainda existem os equipamentos e estrutura. E as farinhas comunitárias são as que foram construídas através de políticas públicas (Paraná Doze Meses), visando atender grupos de famílias (DENARDIN; LAUTERT, 2013).

No diagnóstico também foi possível observar quais são as etapas do processamento para a produção de mandioca, e quais alterações de tecnologia usada em cada unidade produtiva, algumas totalmente rústica outras já mecanizadas. A infraestrutura das unidades também foi analisada, como teto, paredes, piso, entre outros. Observou que a maioria das farinhas individuais funcionam em precária infraestrutura, o que não permite que as mesmas atendam as exigências da Vigilância Sanitária, implicando em dificuldades em comercializar os produtos.

Diante desses fatos, o Projeto optou por realizar ações de extensão junto as farinhas comunitárias, as quais, a princípio, agregam um maior número de famílias. São elas: as farinhas de Açungui e Potinga, em Guaraqueçaba e a de Riozinho, em Guaratuba.

Após a identificação das unidades a serem trabalhadas, iniciou um processo mais lento e sistemático de aproximação às comunidades, o primeiro objetivo era procurar compreender a relação da comunidade com a farinha comunitária, identificar possíveis conflitos e melhor entender o motivo pela qual as farinhas estavam desativadas. Todo este processo foi lento e cauteloso, pois criar laços de confiança com os agricultores não é tarefa fácil (DENARDIN; LAUTERT, 2013).

O próximo passo foi iniciar as reuniões com as comunidades para identificar se as mesmas tinham interesse em retomar as atividades nas farinhas comunitárias, após a confirmação foi feito um levantamento das necessidades de reforma e reestruturação das unidades, respeitando o saber fazer dos agricultores.

A atividade de reestruturação foi longa e seguiu o ritmo de cada comunidade. Devido à falta de recurso financeiro dos agricultores, boa parte da aquisição de equipamentos e matérias foi através de recursos fornecido ao Projeto pelas entidades financiadoras. As ações de reestruturação foram organizadas em mutirões, com a intenção de propiciar aos agricultores o sentimento de pertencimento, ou seja, a farinha deveria ser algo que lhes pertença.

Paralelo as ações de reestruturação, iniciou-se as atividades para auxiliar a gestão e organização dos agricultores. Foram trabalhados temas sobre a ideia do coletivo, boas práticas de higiene nos processos produtivos, acesso a mercado (necessidade de um rótulo para os produtos) e a importância de ter o aval da Vigilância Sanitária.

Após as leituras dos relatórios do Projeto de Extensão Farinhas, foi elaborado o quadro a seguir, onde é possível observar como cada atividade foi sendo desenvolvida ano a ano, na comunidade de Açungui:

QUADRO 01 – AÇÕES DO PROJETO/PROGRAMA FARINHEIRAS ANO A ANO NA COMUNIDADE DE AÇUNGUI

ANO	AÇÕES
2009/2010	Aplicação de questionários socioeconômico, com o objetivo de fazer um levantamento do número de moradores, faixa etária, escolaridade, profissão, problemas e dificuldades
2010	Nas primeiras reuniões com a comunidade levantou-se a necessidade de reativação da associação de produtores A partir disso, ocorreram reuniões periódicas para auxiliar no que fosse necessário para a reativação da associação Conversas sobre o estatuto e eleição da diretoria da associação O Projeto auxiliou no pedido de telefone público para a comunidade e luz elétrica em duas casas
2011	Participação do Projeto em vários mutirões de reforma da farinha O Projeto comprou alguns materiais para as reformas e outros foram doados pela comunidade O Projeto desenvolveu um estudo de prospecção de mercado para a mandioca e derivados e implantação da marca regional Foi levado alguns moradores da comunidade de Açungui para visitar a cozinha comunitária Candonga-Morretes e a Feira de Morretes Realização da oficina de boas práticas de higiene e saúde do trabalhador Mapas de propriedades, para saber as potencialidades e limitações da comunidade

	Foram realizados intercâmbios entre as comunidades de Potinga e Açungui, para troca de experiências e informações
	Licença da Vigilância Sanitária
2012	O Projeto auxiliou no processo de revisão e implantação do Termo de Uso da farinha
	Livro controle
	Criação do rótulo para a farinha de mandioca, através de muitas reuniões entre os bolsistas e comunidade, utilizando sempre métodos lúdicos e de fácil compreensão
	Oficina de boas práticas na manipulação de alimentos
	Intercambio entre as comunidades do Açungui e Potinga, com a parceria do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). O encontro tinha como objetivo a troca de experiências sobre o cultivo da mandioca e suas variedades, a vida no campo, dificuldades de gestão do grupo e da unidade produtiva
2013	Estudo sobre implantação da cozinha comunitária
	Festa do dia das crianças
2014	Continuação do estudo sobre implantação da cozinha comunitária
2015	Capacitar os bolsistas para a realização do primeiro contato, fazendo uma breve apresentação do projeto e esclarecendo questões iniciais, através de conversas informais
	Identificação Geográfica
2016	Primeiro contato dos novos bolsistas com a comunidade
	Tentativas de agendar reuniões com a associação, para procurar auxiliar nas dificuldades que eles estavam enfrentando, sem êxito

FONTE: O autor (2017).

No quadro 01 é possível observar que nos anos de 2010, 2011 e 2012 muitas ações foram desenvolvidas, como foi dito, cada ação seguiu o tempo da comunidade, muitas vezes o Projeto fazia um planejamento, mas a realidade da comunidade era outra, pois eles têm outros afazeres como a roça, que toma bastante tempo e também assuntos familiares, não podem só se dedicar a farinha, mesmo assim foram várias conquistas importantes.

No entanto, nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, as ações diminuíram, por vários motivos, acredita-se que primeiramente porque os principais objetivos já tinham sido alcançados, que eram: a reestruturação da farinha, licença da Vigilância Sanitária, criação e entrega do rótulo para farinha de mandioca; outros motivos seriam: pela baixa produção de mandioca em decorrência de fortes chuvas que atingiram a região, problemas pessoais, o fortalecimento da produção de banana, entre outros. Além das dificuldades do Projeto, com corte de verbas,

dificuldade em agendar carro para ir a Guaraqueçaba e diminuição e instabilidade em relação a bolsistas.

Também após as leituras dos relatórios do Projeto de Extensão Farinheiras, foi elaborado o quadro a seguir, onde é possível observar como cada atividade foi sendo desenvolvida ano a ano, agora na comunidade da Potinga:

QUADRO 02 – AÇÕES DO PROJETO/PROGRAMA FARINHEIRAS ANO A ANO NA COMUNIDADE DE POTINGA

ANO	AÇÕES
2010	Na metade do ano foi iniciada a aproximação a esta comunidade e feito um diagnóstico local
	Planejamento das ações para 2011
	Já existia uma associação atuante
	Reunião com a Vigilância Sanitária, levantamento das reformas necessárias
	Os moradores iniciaram as reformas mesmo sem a presença do Projeto
2011	O Projeto desenvolveu um estudo de prospecção de mercado para a mandioca e derivados e implantação da marca regional
	Realização da oficina de boas práticas de higiene
	Foram realizados intercâmbios entre as comunidades de Potinga e Açungui, para troca de experiências e informações
2012	Intercâmbio entre as comunidades do Açungui e Potinga, com a parceria do IAPAR. O encontro tinha como objetivo a troca de experiências sobre o cultivo da mandioca e suas variedades, a vida no campo, dificuldades de gestão do grupo e da unidade produtiva
	Reformas na farinheira para se adequar as normas da vigilância sanitária
	Oficina de boas práticas na manipulação de alimentos
	Conversas sobre a criação do rótulo para a farinha de mandioca
2013	Inauguração da farinheira (07/12/2013)
	Início da construção do Termo de Uso
	Finalização do rótulo
2014	Entrega do rótulo
2015	Capacitar os bolsistas para a realização do primeiro contato, fazendo uma breve apresentação do Projeto e esclarecendo questões iniciais, através de conversas informais
	Identificação geográfica
2016	Primeiro contato dos novos bolsistas com a comunidade
	Tentativas de agendar reuniões com a associação, para procurar auxiliar nas dificuldades que eles estavam enfrentando, sem êxito

FONTE: O autor (2017).

Com a comunidade da Potinga o início das ações foi um pouco diferente, pois eles já tinham uma associação de produtores ativa e começaram os mutirões de

reforma mesmo sem o Projeto estar presente. Isso fez com que o Projeto precisa-se se adaptar com esta autonomia deles. No demais as ações seguiram a mesma ordem e ritmo da comunidade do Açungui. Com mais ações nos primeiros anos e menos nos últimos, por se tratar de comunidades próximas e com a mesma realidade, os motivos pela diminuição das atividades são os mesmos já mencionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O QUE VIVENCIEI EM CAMPO E PERCEPÇÕES

Antes mesmo de ir às comunidades de Açungui e Potinga em Guaraqueçaba, já havia estudado bastante sobre eles, através de leituras dos relatórios e conversas com ex-bolsistas do Projeto Farinheiras, então, quando cheguei a campo, pude ter uma visão mais clara de tudo que já havia lido e ouvido falar.

Além das leituras de relatórios, também já havia começado a estudar sobre relações sociais, com leituras sobre capital social, poder local e associativismo, pois acreditava que estudando estes termos chegaria lá e observaria essas relações na prática e teria como entender e analisar melhor as dificuldades de se relacionar que as comunidades do Açungui e Potinga pareciam enfrentar.

Porém, ao chegar lá a realidade foi diferente do que imaginava, pelo fato de que praticamente não há capital social e poder local, eles não parecem ter clara esta visão de que se agirem em conjunto podem ter mais benefícios, ficam esperando muito as ações da prefeitura e de outros órgãos que pudessem trazer benfeitorias, principalmente em relação à farinha comunitária. Concluiu-se que isso acontece devido ao fato da farinha ter sido construída e entregue à ambas as comunidades por uma ação do governo (Paraná Doze Meses), eles não foram ouvidos e consultados sobre quais seriam os equipamentos apropriados para produção de farinha, e alguns dos equipamentos deixados, eram diferentes dos que costumavam usar, isso fez com que os mesmos não conseguissem utilizar a farinha.

A maioria das pessoas tinham suas farinheiras individuais, produziam farinha para consumo próprio e venda em pequena escala, e uma farinha comunitária

poderia ser muito útil a toda a comunidade, pois com ela adaptada dentro das exigências da Vigilância Sanitária, poderiam produzir e vender em maior escala.

No entanto, sozinhos eles não conseguiram se organizar para isso, foi quando o Projeto Farinheiras chegou que viram a oportunidade que tinham. O Projeto os auxiliou em todas as etapas necessárias, primeiramente reestruturando a associação de produtores, depois com as reformas da farinha, construção de um selo para a farinha de mandioca, capacitação de segurança e higiene no trabalho, aquisição da licença sanitária, entre outras ações.

Então, acredita-se que devido a estes fatos - a entrega da farinha e o auxílio do Projeto – as comunidades do Açungui e Potinga parecem não ter uma relação com capital social e poder local presente. A intensão do Projeto sempre foi de auxilia-los, mas de também gerar o empoderamento das mesmas, para que sozinhos eles continuassem a utilizar a farinha. Porém, nas primeiras visitas às comunidades, em 2016, pude observar que depois de cerca de sete anos que o Projeto começou a atuar, todos os ensinamentos passados e a tentativa de empoderamento da comunidade para agirem sozinhos foi se perdendo, pois em um período de dificuldades do Projeto, em que não foi possível estar tão presente, os mesmos já ficaram desarticulados, com a farinha parada e a associação desmotivada.

Alguns problemas e dificuldades aconteceram na comunidade durante estes anos, o que também acarretou para isso ocorrer. Como a baixa produção de mandioca em decorrência de fortes chuvas que atingiram a região, problemas pessoais, o fortalecimento da produção de banana, entre outros.

Sobre o associativismo, ainda foi possível observar que eles entendem a importância em se organizarem como associação, porém carregam certa dificuldade em se relacionar como uma.

Quando fiz as leituras dos relatórios já tinha visto sobre o fato de que a cada ida do Projeto, vários moradores se queixavam de algo para os participantes, reclamando de outro membro da associação que deixou de fazer algo, de que “fulano” estava usando o equipamento mais que os outros, entre outras coisas. E quando fui à Guaraqueçaba, vi que era exatamente assim, mesmo que durante todos os anos o Projeto procurou falar que o momento certo para fazer essas reclamações era durante as reuniões da associação eles não mudaram. Acredita-se que isso acontece devido ao fato de ser comunidades pequenas, distante de outros

bairros e cidades, então todos que ali vivem carregam laços de amizade e até mesmo de parentesco, e acham que se reclamarem de algo durante a reunião da associação vai gerar inimizades, e viam o Projeto como um mediador desses problemas.

Após analisar os relatórios anuais do Projeto Farinheiras, pôde-se observar que desde os primeiros contatos do Projeto com a comunidade do Açungui, havia certa dificuldade da comunidade se articular sozinha. Diferente da comunidade da Potinga, que já nos primeiros encontros, notou-se que eles eram mais articulados, por já terem uma associação ativa e porque eles começaram a reforma da farinha mesmo sem a presença do Projeto. Porém, logo se notou que havia um grupo de moradores tomando frente das ações e excluindo os demais.

O Projeto precisou se adaptar com a forma como a comunidade da Potinga se organizava e não se envolver tanto, já que eles mesmos se organizavam. Mas eles demoravam um pouco para marcar as reuniões e decidir algumas coisas, isso fez com que demorasse para retomar o funcionamento da farinha.

Nota-se que as dificuldades que as associações, tanto do Açungui quanto da Potinga enfrentam hoje, são os mesmos desde que o Projeto começou a atuar junto à comunidade. O Projeto acabava servindo como mediador nas reuniões, e quando não estava eles não conseguiam chegar a um acordo. A participação das comunidades sempre foi limitada, apenas alguns produtores mais interessados que compareciam as reuniões e dos mutirões e outros produtores que iam só as vezes, o que dificulta a tomada de decisões, faz parecer que é um certo grupo que comandava a situação, quando na verdade faltava posicionamento dos demais.

Uma grande barreira que as comunidades enfrentavam, era o fato da demora para se alcançar determinado objetivo. Muitas vezes alguns membros reclamavam da direção, porém não faziam sua própria parte para ajudar, esperando que os benefícios chegassem.

É importante ressaltar a questão da reciprocidade, que os benéficos podem não chegar de imediato, porém se ajudar para conquistar, em outro momento o restante dos associados irá ajudar.

A comunicação sempre foi uma dificuldade, pelo fato deles não quererem falar algo durante a reunião, que é o momento ideal para esclarecer qualquer desentendimento, e fora dela ficarem falando entre um e outro sobre algo que está incomodando.

As pequenas brigas internas também são uma questão que atrapalha bastante no funcionamento das associações, pois quando um membro está incomodado com algo, acaba fazendo ataques e enfraquecendo ainda mais a organização.

Uma questão que aflige as comunidades há tempos, é o fato de estarem inseridos em uma UC, a APA de Guaraqueçaba. Eles sofrem com a pressão por parte da Força Verde, comentam que muitas vezes foi cometido abuso de poder. Esse fator agravante acaba por enfraquecer a associação e a comunidade, pois causa desânimo dos moradores em continuar plantando mandioca e produzindo a farinha.

Um fato bem interessante que pude observar nas últimas visitas a Guaraqueçaba, já em 2017, foi uma mudança de gerações que está acontecendo, pois em todos os anos de ações do Projeto eram sempre as mesmas pessoas envolvidas com a associação, muitos deles já estão com idade avançada e com problemas de saúde, e agora devido a esses fatos alguns de seus filhos que tinham ido embora para estudar/trabalhar estão voltando, e com interesse em retomar a associação e a farinheira. Isso pode ser muito bom para a comunidade, pois pessoas mais novas e com vontade de agir fazem a diferença. Porém, como eles presenciaram e sabem um pouco das ações do Projeto na comunidade, ainda esperam que o Projeto volte a ajuda-los e infelizmente isso não está sendo possível no momento, porque devido a todos os cortes nos projetos de extensão, o Projeto Farinheira não foi renovado, o que é uma pena, pois agora poderia ser bem diferente, o Projeto poderia ajudar essas pessoas interessadas e depois eles dariam continuidade, para que não se perca esta cultura de farinhar, tão antiga e importante que eles têm.

4.2 CONCLUSÃO

A primeira conclusão obtida por este trabalho, é que teoria e prática nem sempre vão estar de acordo. Ler trabalhos como de Putman sobre capital social na Itália é muito diferente da realidade de Guaraqueçaba, uma comunidade nunca vai ser igual a outra.....

O Projeto Farinheiras deu todo este suporte, auxiliando no que fosse preciso para o funcionamento da farinha e o empoderamento das comunidades para utiliza-la. Porém, com o passar dos anos, estes ensinamentos parecem que foram se perdendo, e no momento as mesmas não estão conseguindo se articular sem a presença do Projeto, deixando a farinha parada.

Minha percepção é de que o Projeto deveria ter tentado deixar ainda mais claro a importância deles se articularem sem a presença do Projeto, até porque os beneficiados pela farinha são eles mesmos. E também procurar destacar a cultura do saber fazer local, para que isso seja passado de geração em geração, não só para ganhar dinheiro, mas para não se perder uma cultura tão importante.

Vale ressaltar, que mesmo com todas essas dificuldades as duas associações já tiveram muitas conquistas, e que mesmo depois de tanto tempo a associação ainda existe, pois, muitas associações acabam fechando na primeira dificuldade.

A associação tem um papel fundamental para a comunidade como um todo, através desta organização, ela acaba por desenvolver o poder local, para se unir e buscar melhorias perante à prefeitura e outros órgãos públicos. Mas infelizmente, ainda falta muito apoio por parte dos órgãos públicos.

O que se espera é que outros projetos de extensão e também entidades públicas venha a ajudar estas comunidades para que não se perca a cultura de fazer farinha de mandioca.....

(continua)

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARVALHO, D. M.; RIOS, G. S. L. R. **Participação, viabilidade e sustentabilidade: dimensões de desenvolvimento local numa associação de produtores rurais**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/qWmu2x>>. Acesso em: 09 mai. 2017.
- CASTRO, L. M. C. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. Texto extraído do projeto de Tese: A Universidade, a Extensão Universitária e a Produção de Conhecimentos Emancipadores. Apresentada ao Instituto de Medicina Social/UERJ como requisito para a qualificação do Doutorado em Saúde Coletiva, 2004.
- COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge. Massachusetts, Harvard University Press, 1990.
- D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- DENARDIN, V. F. et al. **Estudo da cadeia produtiva da mandioca como estratégia para o desenvolvimento da Agroindústria familiar no litoral paranaense**. 47º Congresso do Saber, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.
- DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. F. de C. De Projeto a Programa: ações de pesquisa-ação em comunidades rurais. In: SULZBACH, M. T; DENARDIN, V. F (Orgs.). **A inclusão, a inserção, a interação, a investigação...**: Os in(s) da extensão no Litoral do Paraná. Matinhos: UFPR Litoral, 2013.
- DENARDIN, V. F.; PAIFER, B. M.; SIBUYA, N. J. **Processo de Elaboração do Termo de Uso das Farinheiras Comunitárias de Açungui e Potinga, Guaraqueçaba – PR**. 31º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, Florianópolis, 04 a 07 de agosto de 2013.
- DOWBOR, L. **O que é o poder local**. São Paulo: Brasiliense, coleção primeiros passos, 1999.
- DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y el Caribe. In: ATRIA, R. et al. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. CEPAL, Michigan State University, 2003.

ESTADES, N. P. **O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social.** Desenvolvimento e Meio ambiente, n.8, editora UFPR, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** 13ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

FRANCO, A. **O lugar mais desenvolvido do mundo.** Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Sobradinho dos Melos: AED, 2004.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e coração.** 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. In: **American Journal of Sociology**, volume 78, número 6, p. 1360-1380, 1973.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Unidades de Conservação Paranaense.** Disponível em: <<https://goo.gl/UD9Za5>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população.** Brasil, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ajAvKF>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

KASSEBOEHMER, A. L. **Restrições e Impactos da Legislação Ambiental aplicada no Município De Guaraqueçaba – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KOMARCHESKI, R.; DENARDIN, V. F. A produção de farinha de mandioca em Guaraqueçaba – PR: Entre sustentabilidade, interações e conflitos socioambientais. In: DENARDIN, V. F.; KOMARCHESKI, R (Orgs.). **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca.** Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: ações a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil).** IV Conferencia Regional ISTR-LAC. San José, Costa Rica, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/CVawWu>>. Acesso em 13 nov. 2016.

PÉRICO, B. C.; ALVES, F. S. **Farinheiras no Litoral do Paraná: ações de pesquisa-ação para identificar e implementar estratégias de comercialização e organização de agricultores familiares.** IX Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, Passo Fundo, 16 a 18 de março de 2016.

PUTNAM, R. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy.** Princeton: Princeton University, 1993.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência na Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social.** João Pessoa: UFPB, 1979.

ROCHA, R. M. G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ROCHA, F. E. C.; PADILHA, G. C.; GASTAL, M. L. **Uso de Normas e Organizações de produtores Rurais de Base Familiar.** Documentos EMBRAPA Cerrados. Planaltina, 2001.

SCHWARTZMAN, L. F. G.; SIBUYA, N. J. **A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais:** um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba. Trabalho de obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental, UFPR Litoral, 2013.

SIBUYA, N. J. S.; DENARDIN, V. F.; LAUTERT, L. C. **Organização social e produtiva na farinha comunitária do Açungui, Guaraqueçaba – PR.** VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - I Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Belo Horizonte, 2013.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

ZANONI, M. et al. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em APAs. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza. Curitiba: UFPR, n.2, 2000.

ANEXOS – MEMORIAIS

Vivências

Para as minhas vivências optei por relatar a experiência que tive no Projeto de Extensão Agroecologia e Inclusão, vinculado ao Programa Acessibilidade e Inclusão – Semeando Arte, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná entre período de 01 de maio de 2013 a 01 de maio de 2014.

Quando iniciei no Projeto, o professor/coordenador Afonso Takao Murata (o qual sou muito grata por todo aprendizado) me deixou livre para escolher a temática que eu gostaria de trabalhar dentro do Projeto e que já vinha desenvolvendo ações relacionadas à educação ambiental em escolas do município de Pontal do Paraná e Matinhos. A princípio eu pensei em um trabalho sobre materiais lúdicos usando objetos reciclados, então o professor me orientou a pesquisar sobre o tema e escrever um pré-projeto, que foi o que eu fiz. Porém, nesse período em que estava

escrevendo, uma escola pública municipal de Pontal do Paraná entrou em contato pedindo a presença do Projeto para desenvolver alguma ação. Então fomos até a escola fazer um diagnóstico inicial e saber quais eram as demandas por parte deles. Após as primeiras visitas, veio a demanda de desenvolver uma horta e pude observar alguns fatos que me despertaram o interesse de desenvolver minha pesquisa sobre percepção ambiental e análise das atividades desenvolvidas sobre educação ambiental e meio ambiente.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como estavam sendo desenvolvidas as atividades ligadas à educação ambiental e meio ambiente, bem como a percepção do docente que trabalhava com a temática. É importante destacar que a escola tinha uma disciplina intitulada Meio Ambiente e Educação Ambiental, isso quer dizer que a educação ambiental não era trabalhada de forma transversal e interdisciplinar como se é esperado. Para a coleta de dados, foram feitas observações e uma entrevista com o profissional responsável por trabalhar a temática. Os dados foram analisados e discutidos a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Como resultado observou-se que as atividades desenvolvidas têm caráter pragmático, a concepção do docente sobre educação ambiental é reducionista, porém no que diz respeito à concepção de meio ambiente o docente apresenta aspectos socioambientais. As concepções de meio ambiente e educação ambiental têm uma relação direta com as práticas pedagógicas que serão elaboradas e a situação ambiental que vivenciamos e hoje exige soluções que sejam condizentes com a realidade.

No período em que estive no Projeto, desenvolvi as ações com mais uma bolsista. Cada uma precisava ter sua pesquisa, a minha sobre percepção e a dela era sobre reaproveitamento de alimentos, paralelo a isso, juntas nós desenvolvemos o trabalho sobre horta, primeiramente criando ações lúdicas, através de oficinas explicativas a respeito da implantação de canteiros, assuntos sobre meio ambiente, educação ambiental, agrotóxicos, alimentação saudável, ciclo das plantas entre outros, juntamente com a aplicação de questionários que serviram para uma avaliação prévia dos estudantes sobre o tema proposto.

A aplicação desse questionário foi fundamental para realizarmos uma abordagem ideal com as crianças. Através dele pudemos compreender o nível de entendimento sobre o tema e conduzir a oficina da melhor maneira possível, para que o assunto não fosse repetitivo para os mesmos.

FIGURA 04 – ESPAÇO DA ESCOLA ANTES DA CONSTRUÇÃO DA HORTA



FONTE: Dados gerados pela pesquisa de campo (2014).

O trabalho envolveu 140 alunos de 1º a 5º séries do Ensino Fundamental. Com o auxílio dos alunos, a horta foi construída nos fundos da escola, contendo seis canteiros plantados com diversas mudas de hortaliças e flores. Posteriormente foi realizado um diagnóstico final, com a aplicação de questionários semiestruturados, dos quais foram coletadas as percepções do público atendido em relação ao processo de implantação dos canteiros e das atividades.

É importante destacar que os alunos participaram de todas as etapas do projeto, desde a preparação da terra até o plantio das mudas de hortaliças, como pode se observar na Figura 05 e 06:

FIGURA 05 – DISCENTE DO PROJETO E ALUNOS DA ESCOLA PREPARANDO A TERRA



FONTE: Dados gerados pela pesquisa de campo (2014).

FIGURA 06 – DISCENTES DO PROJETO E ALUNOS DA ESCOLA PLANTANDO AS MUDAS



FONTE: Dados gerados pela pesquisa de campo (2014).

A produção das hortaliças posteriormente foi aproveitada na alimentação dos alunos. Desta forma a horta constituiu-se num laboratório vivo que possibilitou o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental, unindo teoria e prática de forma contextualizada e divertida para os alunos, além de estreitar relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperativo entre alunos, professores e toda a comunidade escolar. Destaca-se também o fato do projeto sobre a horta ter auxiliado na diminuição da indisciplina na sala de aula. Os alunos demonstraram ter maior envolvimento e responsabilidade, e a todo momento perguntavam “ professora quando vamos cuidar da horta? ”; “quando vamos poder

comer a alface? ”, mostrando o interesse em interagir com o projeto, lembrando o professor que a horta foi feita para eles e que precisa de cuidados.

Todo o período em que participei no Projeto Agroecologia e Inclusão foi muito importante para minha formação acadêmica e também como experiência de vida. Mesmo em pouco tempo pude aprender muita coisa.

O contato com a escola e com os alunos nos ensinou muito, pois nas oficinas pudemos repassar parte do que aprendemos a eles, mas também precisamos aprender a ser um pouco professora, pois ficamos sozinhas com os alunos e precisávamos da atenção deles, o que não é fácil no começo, ao mesmo tempo em que no intervalo das aulas recebíamos abraços e carinho de crianças que nunca tínhamos visto antes, soubemos um pouco da história de cada um e que muitas vezes não é uma realidade fácil. Durante minha análise das atividades, cheguei a pegar desenhos de alunos de terceiro ano, crianças de oito anos em média, que quando foi pedido para fazer um desenho sobre meio ambiente, desenhou folha de maconha e pessoas com armas. São coisas que nos fizeram refletir muito sobre a realidade em que estamos vivendo, a professora responsável pela atividade explicou o que aconteceu em relação aos desenhos, mas segundo ela, realmente a escola pode fazer pouco a respeito disso.

O professor Afonso sempre nos incentivou e ensinou a escrever artigos científicos, apresentar trabalhos em eventos entre outros. No período em que estive no Projeto, participei da Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão 2014 (SIEPE) apresentando as ações de extensão que foram desenvolvidas durante aquele ano e anos anteriores. Em seguida, mandei minha pesquisa para uma revista eletrônica, porém ela voltou para fazer correções e sugeriram mandar para outra revista por se tratar de um estudo de caso. No entanto, por desleixo meu, acabei não mandando novamente. Recentemente mandei a mesma pesquisa como resumo expandido para o evento Encontro Paranaense de Educação Ambiental XVI (EPEA) que aconteceu em Curitiba na UFPR do dia 17 a 19 de maio de 2017, ela foi aprovada e apresentei no dia 18. Foi uma experiência muito gratificante. O link do trabalho: <http://www.epea2017.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/05/623-E4-S6-PERCEP%C3%87%C3%83O-AMBIENTAL-E-AN%C3%81LISE-DAS.pdf>.

Interações Culturais e Humanísticas (ICH)

O ICH constitui um dos pilares da proposta do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Elas foram conceitualizadas como um espaço no qual os estudantes poderiam interagir, discutir, compartilhar visões com outros estudantes dos mais diversos cursos do setor sobre as mais diversas temáticas.

Para mim sempre foi uma dificuldade fazer ICH morando longe da universidade, pois na maioria das vezes os que mais me despertavam interesse eram a noite e eu não tinha como ir, por esse motivo acabei fazendo três vezes o do Cineclube Papo Aberto, pelo fato de ser em Pontal do Paraná e mais perto de casa, uma vez o do Paulo Freire, também em Pontal do Paraná e os demais foram todos no período da manhã na universidade.

Acho a proposta da universidade sobre ICH muito válida, mas também é preciso boa vontade por parte dos alunos para tirar o melhor proveito deste período. E como disse para mim nem sempre foi possível escolher os que mais me agradavam e ter experiências tão boas.

No primeiro semestre fiz o ICH Cineclube Papo Aberto, gostei bastante da experiência, primeiro ICH, era tudo novo ainda, lá assistíamos a filmes, de preferência filmes com algum significado mais importante, e depois todos os alunos discutiam sobre o filme, gerando considerações bem interessantes, que não se observaria apenas assistindo ao filme sozinho.

No próximo semestre resolvi continuar no mesmo ICH, mas eles mudaram um pouco a abordagem, estavam com a intenção de gravar um curta metragem, e isso não me despertava interesse em fazer, então fui nos primeiros encontros e depois não fui mais, ficando com a reprovação por falta.

No terceiro semestre resolvi fazer o ICH de Ginástica Geral, estava precisando me movimentar um pouco e foi muito legal, a turma era bem grande e o professor muito dedicado.

O quarto ICH foi o de Artesanato em EVA, é um dos que mais gostei, nunca tinha tido experiência com artesanato, aprendi várias coisas, e era um momento para relaxar fazendo algo diferente do que estava acostumada, sem contar que é um aprendizado para levar para a vida.

O quinto, foi no período em que estava no Projeto de Extensão Agroecologia e Inclusão, e o professor/coordenador Afonso ministrava o ICH de Elaboração de Artigos Científicos, como a escrita era parte da proposta do Projeto, era um espaço importante em que pude aprender muito sobre escrita e normas de trabalhos, tanto para artigos, como para trabalhos acadêmicos.

No sexto semestre fiz dois ICHs, porque precisava repor a pendência que tinha ficado no segundo semestre, então fiz no período da manhã Emancipação Humana no Contexto Ambiental, e a noite, novamente o do Cineclube Papo Aberto, que neste momento estava com uma proposta bem diferenciada, pelo fato de ter um aluno com deficiência visual, o professor propôs que todos assistissem a filmes de autodescrição, com os olhos cobertos, para depois fazer a discussão sobre, foi uma experiência muito enriquecedora.

O sétimo ICH foi Emancipação Humana no Contexto Planetário, que seria uma continuação do Emancipação Humana no Contexto Ambiental, onde o professor trazia textos e contava suas experiências de vida e nos pedia para refletir e escrever sobre diversos assuntos.

O oitavo e último ICH foi o Paulo Freire, que me inscrevi pensando de se tratar de um espaço para fazer reflexões sobre o Paulo Freire (pessoa), mas o nome do ICH era só por ele ser ministrado no colégio Paulo Freire. Era um espaço com o propósito de levantar problemas que ocorrem na cidade Pontal do Paraná e procurar soluções possíveis.

QUADRO 3 – LISTA DE ICHs QUE PARTICIPEI:

Semestre - Ano	ICH	Professor	Turno
2 semestre 2012	ICH Cineclube Papo aberto	Valentim da Silva	Noite
1 semestre 2013	ICH Cineclube Papo aberto (reprovada)	Valentim da Silva	Noite
2 semestre 2013	Ginastica Geral	Fabio Carvalho	Manhã
1 semestre 2014	Artesanato em EVA	Almir Carlos Andrade	Manhã
2 semestre 2014	Elaboração de Artigos Científicos	Afonso Takao Murata	Manhã
1 semestre 2015	Emancipação Humana no Contexto Ambiental	Ernesto Jacob Keim	Manhã
	ICH Cineclube Papo aberto (repor)	Valentim da Silva	Noite
2 semestre 2015	Emancipação Humana no contexto planetário	Ernesto Jacob Keim	Manhã
1 semestre 2016	Paulo Freire	Luiz Everson da Silva	Noite

FONTE: O autor (2017).

Projetos de Aprendizagem (PAs)

Assim que entrei na Gestão Ambiental, havia acabado de sair da graduação em Ciências Biológicas, que cursei por um ano e meio, e era totalmente diferente da UFPR Litoral. Quando passei no vestibular as aulas demoraram para começar devido a uma greve, então foi bem conturbado esse início no curso, tive uma matéria sobre o Projeto de Aprendizagem (PA), mas por não entender do que se tratava e da importância acabei não indo em todas as aulas e fiquei ainda mais perdida.

No segundo semestre entendi que precisava ter um PA, depois de pensar muito só me veio à cabeça estudar sobre uma ONG (Organização Não Governamentais), relacionada ao mar, a Mar Brasil, por curiosidade de saber mais sobre, achei que seria a oportunidade, e acredito que por gostar de biologia foi o que me identifiquei naquele momento, sendo assim o tema que escolhi foi Terceiro Setor, me indicaram a professora do curso de Gestão Empreendedorismo, Sandra Simm, que me orientou muito bem por três semestres, nos dois primeiros semestres com ela desenvolvi bem meu PA, com o referencial teórico e um levantamento das organizações do terceiro setor existentes no litoral, porém no terceiro semestre com este tema, após apresentar o meu PA, na semana se amostra de projetos, evento do curso, desanimei, pois já havia concluído meu levantamento, e claro começavam a surgir novas ONGs havia uma certa confusão entre ONG e Cooperativismo, e devido essas dúvidas e questionamentos desanimei e desisti deste tema.

No quinto período do curso, entrei no projeto de extensão Agroecologia e Inclusão, e assim que comecei a trabalhar/estudar educação ambiental me identifiquei bastante com o tema e decidi fazer meu PA sobre isso, escolhi como mediador o professor/coordenador do projeto, Afonso Murata, que me ensinou e ajudou muito, porém após dois semestres de mediação, ele precisou se afastar por motivos de saúde. Devido a isso, no sétimo período, escolhi como mediadora a professora Marília Murata, que também trabalhava com a temática, mas não consegui desenvolver muita coisa, e no mesmo período mudei para mediação com o professor recém-chegado no curso de Gestão Ambiental, Luiz Mestre, e novamente não fluiu o trabalho, pois ele parecia não entender muito sobre o tema que eu estava estudando que era percepção ambiental, então, mais uma vez desanimei e desisti do PA em educação ambiental.

No oitavo período entrei no projeto de extensão Farinheiras, e vi que era uma oportunidade de desenvolver um novo PA, e agora TCC, sobre a temática, primeiramente meu mediador foi o professor substituto Murilo Siqueira, porém, como demorei para começar e logo já estava na hora de apresentar o TCC não foi possível me formar no tempo correto. No nono período e após o professor Valdir Denardin retornar da licença ele foi meu mediador, que me ajudou e ensinou muito até o presente momento.